



Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana

Autorizada pela Portaria Ministerial nº 552 de 22 de março de 2001 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2001.
Endereço: Rua Juracy Magalhães, 222 - Ponto Central CEP 44.032-620
Telefax: (75) 3616-9466 - Feira de Santana-Bahia
Site: www.fat.edu.br E-mail: fat@fat.edu.br
CGC: 01.149.432/0001-21

PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO	ANO LETIVO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2008
CÓDIGO	DISCIPLINA
CSA000	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
CARGA HORÁRIA	SEMESTRE DE OFERTA
68H	5º

I – EMENTA

Fontes do Direito Tributário. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Garantias. Privilegio do Crédito Tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo judicial Tributário. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Atividades Financeiras do Estado. Receitas e Despesas Públicas. Sistema Tributário Nacional. Competência Tributária. Tributos.

II – OBJETIVOS

GERAIS

- Propiciar conhecimentos fundamentais acerca do Direito e Legislação Tributária;
- Identificar interseções, buscando a interdisciplinaridade entre esta disciplina e as demais integrantes da grade curricular do curso de Ciências Contábeis.

ESPECÍFICOS

- Examinar noções fundamentais relativas aos Direito e Legislação Tributária;
 - Analisar a Teoria Geral do Direito e Legislação Tributária
 - Identificar os impostos Federais, Estaduais e Municipais
- Compreender o funcionamento do Sistema Tributário pátrio previsto na Constituição

PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso de Ciências Contábeis da FAT deve estar apto a compreender as questões socioeconômicas nos diferentes modelos de organização e exercer o pleno domínio das responsabilidades funcionais, envolvendo produção e utilização de relatórios contábeis, auditorias, perícias, arbitragens, domínio atuarial e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais. Espera-se que ele não apenas esteja apto a contribuir para que as organizações alcancem maior grau de eficácia, sob o ponto de vista econômico-financeiro, mas também possa tratar a Contabilidade como instrumento de apoio à cidadania. O pressuposto fundamental é o de que, neste limiar de século, as organizações devem ser exigidas a prestar contas mais amplas sobre os efeitos sociais de suas atividades.

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

1. Da identificação do Direito Tributário
 - 1.1. Definição de Direito Tributário
 - 1.2. Atividades Financeiras do Estado, Receitas e Despesas Públicas
2. Matriz Constitucional do Sistema Tributário Nacional
 - 2.1. Limitações ao Poder de Tributar - Princípios
 - 2.2. Competência e Capacidade Tributária
 - 2.3. Repartições das Receitas Tributárias
3. Das Fontes do Direito Tributário
4. Vigência e Aplicação da Norma Tributária
5. Da interpretação da Norma Tributária
6. Da Integração da Norma Tributária
7. Da Obrigação Tributária
 - 7.1. Definição de Obrigação Tributária
 - 7.2. Do Fato Gerador da Obrigação Tributária
 - 7.3. Dos Sujeitos da Relação Jurídica Tributária

II UNIDADE

1. Crédito Tributário
 - 1.1. Do Lançamento e suas Modalidades
 - 1.2. Da Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário
 - 1.3. Da Extinção do Crédito Tributário
 - 1.4. Da exclusão do Crédito Tributário
 - 1.5. Das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário
2. Dos Tributos - Definição e Classificação
 - 2.1. Impostos Federais, Estaduais e Municipais
 - 2.2. Contribuições Sociais
 - 2.3. Taxas
 - 2.4. Contribuições de Melhoria
3. Da Administração Tributária
 - 3.1. O poder e dever de fiscalizar da administração tributária
4. Procedimento Administrativo Tributário
 - 4.1. Consulta Administrativa. Pedidos de Restituição. Denúncia Espontânea
5. Processo Administrativo Tributário- Contencioso Administrativo Tributário
 - 5.1. Controle da Legalidade do Lançamento Fiscal em Sede Administrativa
 - 5.2. Dívida Ativa
 - 5.3. Certidão Negativa
6. Processo Judicial Tributário
 - 6.1. Execução Fiscal
 - 6.2. Medida Cautelar Fiscal
 - 6.3. Ação Anulatória
 - 6.4. Ação Declaratória

6.5. Mandado de Segurança

6.6. Ação cautelar

6.7. Embargos a Execução

IV – METODOLOGIA

1. Aulas expositivas interativas, fundadas no debate em sala de aula
2. Interpretação de Artigos
3. Apresentação de Seminários pelos Alunos
4. Debates acerca de temas previamente selecionados, visado o entendimento da Lei, da Doutrina e da Jurisprudência

V – AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno será feita na forma do regimento da faculdade, observando o desempenho acadêmico de cada aluno de forma constante tendo como referenciais as atividades realizadas, a assiduidade e a participação nas aulas.

VI – BIBLIOGRAFIA

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 9 ed. São Paulo. Saraiva, 2003.

BALEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 10 ed. São Paulo, Forense, 1991.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 6 ed. São Paulo, Saraiva, 2003.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 22 ed. São Paulo Malheiros, 2003.

NASCIMENTO Carlos Valder. Comentários ao Código Tributário Nacional. 1 ed. Rio de Janeiro, Forense, 1997.

OLIVEIRA, Juarez de. Código Tributário Nacional. 4 ed. São Paulo, Saraiva, 1990.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Código Tributário Nacional, Lei n.º 5.172 de 25/10/1996

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 5 ed. São Paulo, 2000.

CAMPOS, Dejalma. Direito Processual Tributário. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1996.

CARRAZA Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 5 ed. São Paulo, Malheiros Editores, 1993.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro, 6 ed. Rio de Janeiro, Forense 2001.

D PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, São Paulo, Atlas, 1990.

GODOY, Valter. Os Direitos dos Contribuintes. 1 ed. São Paulo, Síntese, 2000.

FABRETTI, Cláudio Camargo. Contabilidade tributária. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1999.

HARADA, Kyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1997.

HOFFMANN, Susy. Teoria da Prova no Direito Tributário. 1 ed. São Paulo, Ed. Copola, 1999

LATORRACA, Nilton. Legislação Tributária. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1990.

MACHADO, Hugo de Brito. Os princípios jurídicos da tributação na Constituição de 1988. 3 ed. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

MARINS James. Processo Tributário - Administrativo e Judicial. 2 ed. São Paulo, Dialética, 2002.

NOGUEIRA, Rui Barbosa . Curso de Direito Tributário. São Paulo Saraiva, 1999.

Professor responsável pela disciplina:	Coordenador(a) do Colegiado do Curso
	Prof. Dr. José Maria Dias Filho

Direção Acadêmica	Direção Geral
Prof. Dr. José Maria Dias Filho	Prof. Antonio Walter Moraes Lima